

TRABALHAR NA FAVELA: ATRAVESSAMENTOS E RESISTÊNCIAS NA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO COMPLEXO DA MARÉ

Working in the favela: obstacles and resistance in the performance of Social Services in Complexo da Maré

Viviane Carmen da Conceição Santos*
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

Este artigo tem como finalidade apresentar informações sobre resultados de pesquisa que buscou levantar dados sobre a atuação profissional de distintas áreas em território afetado por múltiplas violências. A favela Nova Holanda, a qual compõe o conjunto das 16 favelas da Maré – Cidade do Rio de Janeiro – foi o recorte analítico. O público-alvo foi composto por profissionais que atuam em instituições públicas e/ou da sociedade civil que prestam serviços nessa favela. Contudo, neste texto, a atenção será voltada para as respostas das assistentes sociais para compreensão sobre os atravessamentos que perpassam o fazer profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Favela. Atuação Profissional. Precarização do Trabalho. Violências. Políticas Públicas.

Abstract

This article aims to present information on research results that sought to gather data on the professional performance of different areas in a territory affected by multiple forms of violence. The Nova Holanda favela, which is part of the set of 16 favelas in Maré – Rio de Janeiro City – was the analytical focus. The target audience consisted of professionals working in public institutions and/or civil society organizations providing services in this favela. However, in this text, attention will be focused on the responses of social workers to understand the intersections that permeate professional practice.

KEYWORDS: Favela. Professional Performance. Precarious work. Violence. Public Policies.

Introdução

Quem trabalha em favela não pode ficar sem celular! Está tendo operação, tem que voltar pra casa! Eu fiquei calada, pois ele tinha razão, mas também o silêncio era de uma pessoa que ainda estava assimilando tudo aquilo (Santos, 2023, passim).

A epígrafe acima faz parte do estudo intitulado "Atuação Profissional em Território¹ Afetado por Múltiplas Violências² - uma experiência na Favela Nova Holanda, Complexo da Maré,

¹ O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pos tem um papel na realização social (Santos, 1988, p.10).

² Em relação ao termo violência, a referência foi à obra de Silva (2012), que argumenta que o tema da violência pode ser tratado de variadas maneiras e definições que variam da dimensão física à dimensão

Município do Rio de Janeiro”, o qual buscou problematizar a atuação profissional em um território marcado por sistemáticas violações de direitos, que se apresentam como exemplo concreto de como o Estado brasileiro e o modelo de capitalismo que rege esse país se utilizam de mecanismos de subordinação, precarização e aniquilação dos grupos socialmente vulnerabilizados. Também é um local de exercício profissional de áreas diversas.

Segundo Mota e Amaral (2008):

Ao discutirmos sobre a dinâmica da reestruturação produtiva e suas reflexões sobre a experiência profissional do Serviço Social, estamos assumindo um duplo desafio: o primeiro deles é o de situar a reestruturação no contexto da crise capitalista contemporânea, qualificando-a como um processo de reestruturação econômica do capital e ambiente de intervenções política das classes e do Estado nas relações de reprodução social; o segundo consiste em identificar as mediações que se conectam a experiência do Serviço Social às mudanças em curso (Mota; Amaral, 2008, p. 23).

As autoras problematizam que a questão central da interlocução entre a estrutura macro com os impactos no mundo do trabalho é identificar como as profissões lidam com as consequências dessa realidade no cotidiano. Para isso, utilizam uma reflexão importante de Netto (1996): "O problema teórico-analítico de fundo [...] reside em explicar e compreender como, na particularidade prático-profissional de cada profissão, se traduz o impacto das transformações societárias" (Netto, 1996, p. 89 *apud* Mota; Amaral, 2008, p. 23).

O recorte da análise foi a favela Nova Holanda, a qual compõe o Complexo de 16 favelas da Maré³, que, a partir do discurso de guerra às drogas, é estigmatizado como espaço de ausências e violências, marcado por uma série de investidas das forças de segurança pública do Estado e, paralelamente, convive diariamente com os mandos e desmandos de grupos civis armados.

Segundo o boletim Direito à Segurança Pública na Maré, o qual é uma produção da Organização Não Governamental Redes de Desenvolvimento da Maré, que tem como objetivo fazer um levantamento dos reflexos das operações policiais e confrontos na vida das pessoas que moram no Complexo, no período de janeiro a dezembro de 2017 ocorreram 41 operações policiais. Em média, 1 operação policial a cada 9 dias; 45 dias com atividades suspensas nos postos de saúde; 42 mortes, o que representa uma morte a cada 9 dias; 35 dias com escolas fechadas, o que representa 17% dos dias letivos de 2017; 57 feridos, sendo

psicológica e simbólica. A autora apresenta a seguinte definição sobre o termo violência: “todo ato que viola a dignidade do ser humano, em especial, e de outros seres vivos. Problematiza, porém, que as expressões simbólicas da violência não são tão explícitas e vão variar de acordo com quais são os indivíduos que são afetados por essas violências (Silva, 2012, p. 83).

³ De acordo com os dados do censo IBGE (2010), a Maré conta com 135.989 moradores/as nas 16 favelas, e o Censo Maré (2013) totalizou 139.073 moradores/as, os/as quais são majoritariamente brasileiros/as e nascidos/as na própria Maré, o que equivale a 61,8% do total de moradores/as (Redes da Maré, 2019, passim).

41 em operações policiais e 16 em confrontos entre grupos civis armados (Redes da Maré, 2017, passim).

Um dos recursos utilizados para a coleta de dados sobre a atuação profissional foi a realização de entrevistas *online*⁴, com oito respostas de profissionais que atuam na Nova Holanda e oito respostas de usuários e usuárias dos serviços oferecidos nessa favela.

O questionário aplicado para profissionais teve como objetivo analisar experiências de distintas áreas ligadas ao atendimento à população, no sentido de observar quais os fatores que atravessam a rotina de trabalho. As perguntas voltadas para as pessoas atendidas tiveram a intenção de entender qual a percepção dessas sobre os atendimentos que lhes são destinados nas instituições. As perguntas do questionário *online* voltado para profissionais reuniram 14 questões, a maioria de caráter aberto para que as respostas fossem livres.

Em relação às idades das pessoas participantes houve uma diversificação, pois a concentração das idades está representada nas gerações com 20, 30, 40, 50 e 60 anos. Sobre o quesito cor/raça, 45% se identificaram como pretos/as; 30% pardos/as; 25% brancos/as. A representação de gênero ficou delimitada com 85% das respostas se identificando como mulher cis; 15% homem cis. Interessante esse último item, pois no questionário havia outras categorias sobre o perfil de gênero, contudo o mesmo não conseguiu refletir uma maior diversidade para além do binarismo e, além disso, percebemos que a representação das mulheres pretas e pardas no perfil profissional analisado no questionário é significativa.

As áreas de atuação contidas nas respostas foram Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Gestão, Mentoria; Agente de Ação Social e Educação. Em relação ao tempo de atuação profissional na favela Nova Holanda, 50% têm 10 anos ou mais; 25% têm de 5 a 10 anos; 15% têm até 2 anos; 10% têm de 2 a 5 anos de atuação. Sobre a natureza do trabalho prestado pelas instituições onde trabalham, tivemos 75% atuantes no terceiro setor; 20% em equipamentos da Política de Assistência Social e 5% na área de Educação.

A pesquisa partiu das seguintes indagações: 1- Quais os olhares que profissionais atuantes nesse território destinam sobre a população moradora da Nova Holanda? 2- Atuam na perspectiva de ampliação de direitos sociais? 3- São afetados diretamente pelas inúmeras violências? 4- Agem como reprodutores de preconceitos? 5- Qual é a relação desses e dessas profissionais com esse território e por quê? 6- Quais as situações vivenciadas por usuárias e usuários quando acessam os serviços na favela? Citando alguns pontos que surgiram nas respostas das trabalhadoras e trabalhadores, destaque para trajetórias profissionais vinculadas ao trabalho social com grupos periféricos e à questão urbana. Nesse sentido, a aná-

⁴ A proposta original previa entrevistas presenciais, entretanto, devido ao elevado número de casos e mortes por Covid-19 no final de 2021, bem como ao prazo exíguo da execução da pesquisa pela plataforma Brasil, foi necessário optar pelo formato totalmente online.

lise concluiu que atuar na Nova Holanda passa pelo entendimento mínimo de como se desenham os dilemas urbanos das cidades e, no contexto do trabalho citado, da Cidade do Rio de Janeiro.

Também foi identificado o histórico profissional de alguns respondentes vinculados ao trabalho social na Favela Nova Holanda, fato que chama a atenção para a ideia da favela ser um local de consolidação de carreira.

O desejo de dar algum retorno para o local de nascimento, o qual proporcionou a inserção em oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, esteve presente na coleta de dados, demonstrando um tom de engajamento, gratidão e compromisso. As redes de indicações presentes no cotidiano da favela estudada compuseram o quadro de respostas, visto que em muitos casos, dependendo da área, não bastava serem divulgados processos seletivos, porque nem todos os profissionais se dispõem a trabalharem na favela.

É uma mistura de medo e preconceito, pois as favelas e as pessoas que moram nela foram historicamente desenhadas como problemas sociais. As situações de medo e opressão são reais, na medida em que o cenário de operações policiais e conflitos entre grupos civis armados faz parte do dia a dia na Favela Nova Holanda. Esse contexto pode impactar diretamente na saúde física e mental de profissionais e da população atendida e, inevitavelmente, apareceu nas respostas.

Um último exemplo das falas de profissionais que é importante ser descrito tem ligação com a fragilidade das relações trabalhistas. Esse tema surgiu nas respostas de profissionais ligados principalmente ao terceiro setor, tendo em vista a incerteza da continuidade dos contratos, fato que os coloca em uma condição de insegurança permanente. Sobre o conceito de terceiro setor, Almeida e Alencar (2011) argumentam:

Terceiro Setor não é um termo neutro. Em primeiro lugar – mais do que o transnacional ONG, porexemplo – tem nacionalidade clara. É de procedência norte-americana, contexto onde o associativismo e o voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o da precedência da sociedade com relação ao Estado. [...] E se analisarmos os canais através dos quais a expressão vem sendo utilizada sobre tudo por empresas, fundações e organizações dedicadas à chamada filantropia empresarial, ou investimento social, campo que se desenvolve recentemente enquanto nova forma de atuação do empresariado, através do repasse de recursos a projetos de ação social ou cultural (Landin, 1999, p. 63 *apud* Almeida; Alencar, 2011, p.61).

Quando analisadas as respostas das pessoas atendidas, também foi identificada a questão da precarização dos serviços públicos, com destaque para a unidade de saúde da Nova Holanda. No entanto, as respostas sinalizam que, mesmo nesse contexto, existe esforço das equipes para a realização de atendimento de qualidade.

Não diferente das respostas dos profissionais, as usuárias e usuários destacaram a violência armada como um fator de desestabilização da saúde mental e limitação do direito de ir e vir.

As redes de solidariedade foram mencionadas como uma possibilidade de garantir a subsistência, principalmente na ocasião da pandemia de Covid-19, com destaque para as organizações sociais e coletivas.

A intenção do presente ensaio é apresentar algumas narrativas de assistentes sociais que participaram da fase da pesquisa da dissertação em relação à atuação profissional no Complexo da Maré.

Atravessamentos na atuação do Serviço Social no Complexo da Maré

O trabalho de assistentes sociais em favelas coloca as profissionais diante de uma variedade de temas que abrangem a política de segurança pública; violências contra as mulheres; violências de gênero; uso abusivo de álcool e outras drogas; precarização dos equipamentos e relações de trabalho; adoecimento físico e mental de profissionais, entre outros.

Exemplificar alguns temas aos quais as profissionais têm acesso no cotidiano remete à argumentação de Iamamoto e Carvalho (2005):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social, etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre redução da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistências e de defesa da vida (Iamamoto; Carvalho, 2005, p. 28).

A partir de agora, serão apresentadas algumas respostas fruto das entrevistas realizadas. A captura das respostas foi feita por meio de formulário do *Google Forms*, e as identidades das pessoas participantes foram protegidas com a utilização de nomes fictícios. Para profissionais, foram sugeridos nomes de países e/ou capitais.

Esta seção de respostas tem a intenção de entender como as assistentes sociais começaram a trabalhar na Favela Nova Holanda:

A minha trajetória sempre foi com o trabalho em territórios de periferia, pesquisas e acompanhamento social de famílias na zona oeste e nas políticas urbanas como um todo (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

Tenho um vínculo pessoal com a Maré, pois morei no Parque União e Rubens Vaz, quando criança, fiz pré-vestibular na Nova Holanda e tenho alguns vínculos dessa época. Porém iniciei a minha trajetória profissional como estagiária de serviço social. Após o estágio fui efetivada como assistente social e referenciada para um projeto que tinha como público alvo jovens, que buscavam inserção no mercado de trabalho. Hoje trabalho na coordenação de uma equipe multiprofissional (Brasil, 36 anos, parda, assistente social que trabalha na área de gestão, atua de 5 a 10 anos na N.H).

Passei em um concurso público e o local mais próximo da minha casa para preenchimento de vaga estava dito como Bonsucesso. Foi o que eu escolhi na época (Viena, 42 anos, parda, assistente social, atua de 10 anos ou mais na N.H).

Observamos que as duas primeiras profissionais apresentam em suas trajetórias algum vínculo pessoal ou execução de atividades em áreas periféricas e favelizadas durante muito tempo. As falas, porém, não especificam a relação do vínculo empregatício que as rege, ou seja, se com carteira assinada e/ou outras formas de contratação, diferente da terceira respondente que verbaliza a questão da realização de concurso público.

É importante termos uma visão sobre algumas frentes de trabalho das assistentes sociais:

Plantão de atendimento sóciojurídico, acompanhamento às vítimas de violência, pré vestibular, educação de jovens e adultos, doações de cestas básicas (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

A descrição da respondente nos permite fazer conexão com o que Sousa (2008) nos apresenta, para revisitarmos o sentido para o qual o Serviço Social historicamente foi demandado:

[...] o Serviço Social surge na história como uma profissão fundamentalmente interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do serviço social. Assim, a dimensão prática (técnico-operativa) tende a ser objeto privilegiado para estudos no âmbito da profissão (Sousa, 2008, p.120).

A entrevistada Jamaica atua com temas que exigem uma articulação permanente com as redes socioassistenciais e demais interfaces.

Segundo Mota (2008):

Assim, as formas de objetivação e subjetivação do trabalho coletivo, a composição e a dinâmica da intervenção das classes sociais e do Estado, apresenta-se como categorias explicativas dos processos macrosociais contemporâneos que afetam a vida social e determinam mudanças no conjunto das práticas sociais, onde se insere a experiência profissional do Serviço Social (Mota, 2008, p. 24).

Já a respondente Viena atua com "Serviço de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa" (Viena, 42 anos, parda, assistente social, atua há 10 anos ou mais na N.H). A atividade dessa profissional preconiza o cumprimento da lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que, dentre muitos temas, também diz respeito ao trato com adolescentes que cometeram ato infracional.

O Título III do documento, que trata sobre Atos inflacionais que podem ser entendidos como crimes e/ou contravenções penais, orienta que esse grupo é considerado sem condições (devido ao fato de ainda estar em desenvolvimento) de responder penalmente por atos que tenham se envolvido. No entanto, existem medidas de cunho formativas e educacionais às quais devem ser submetidos.

O trabalho de profissionais comprometidas, as quais são responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação do acompanhamento dos/as adolescentes que cometeram ato

infracional e que cumprirão a medida de liberdade assistida – como é o caso dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) – é fundamental para a garantia dos direitos desse público. Isso é especialmente relevante ao considerarmos que estamos analisando a atuação em uma favela e, devido ao estigma que recai sobre ela e sobre seus moradores e moradoras, muitas vezes, a visão das adolescências é mediada a partir do preconceito e do racismo.

Esse apontamento tem ligação direta com a competência ético-política da profissão que Sousa (2008) elucida:

O assistente social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que são expressos no código de ética profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93), que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade (Sousa, 2008, p.121-122).

Em relação à possibilidade de atuar em outros locais da cidade sem ser no espaço da favela, foi feita a seguinte pergunta: "Já pensou em trabalhar em outro local e o porquê?" Jamaica responde assim: “Sim. Pensei em trabalhar em outro local para ter mais segurança trabalhista” (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

O tema sobre direitos trabalhistas aparece no depoimento de Jamaica e, analisando o contexto de algumas instituições e também a partir da troca com colegas que atuam em instituições de frentes variadas⁵, observo que, apesar de a Nova Holanda contar com um número significativo de instituições, são poucas as que contratam através de carteira assinada, direito que dá maior segurança para trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

Contudo, é muito comum as instituições atuarem com contratos determinados por recebimento de pagamento autônomo (RPA), fato que contribui com a rotatividade de profissionais. Mota (2008) argumenta que

[...] a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho, onde se incluiu a experiência profissional dos assistentes sociais (Mota, 2008, p. 24).

O depoimento abaixo apresenta dois fatores que contribuem para o fato de não pensar em atuar em outro lugar, que seriam: 1- As provocações a nível profissional que seu trabalho lhe impõem, as quais a instigam para solucioná-las; 2- As condições estruturais para que realize seu trabalho são favoráveis.

Não. Não que isso não seja uma possibilidade, mas as múltiplas possibilidades de atualização

⁵ Eu mesma já atuei por dois anos em uma instituição localizada na Nova Holanda com contrato a partir de cooperativa.

no meu trabalho ainda me desafiam cotidianamente. Também considero a estrutura do meu local trabalho e as condições que me são oferecidas como um pontopositivo nesse questionamento (Brasil, 36 anos, parda, assistente social que trabalha na área de gestão, atua de 5 a 10 anos na N.H).

Em relação à percepção que os profissionais têm sobre o público atendido, temos os seguintes relatos:

As famílias que atendemos foram violadas pela violência armada, tanto do Estado, como dos grupos civis armados. Essas, além da dor de ter perdido um ente ou estarem com algum tipo de seqüela, encontram-se, muitas vezes, sem acesso seguro à justiça para busca de respostas. Dessa forma, ao realizarmos os acompanhamentos algumas vêm como uma oportunidade de dar encaminhamento jurídico para a busca de resposta aos crimes que vitimaram os seus familiares ou elas próprias. É uma ação complexa, tendo em vista as especificidades do território que historicamente as famílias não se sentem seguras em relação a busca dos seus direitos, sobretudo, no que tange a segurança pública (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

Vivem em situação de extrema pobreza e algum familiar encontra-se em situação de negligência, violência ou mais tratos e dependência química Tb (Viena, 42 anos, parda, assistente social, atua há 10 anos ou mais na N.H).

Há muitos serviços na Maré, contudo, ainda faltam equipamentos de assistência social, previdência, delegacias, sobretudo, da mulher. Os que existem, precisam de reformulações e ampliações (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

Pelo quantitativo de habitantes que o Complexo da Maré possui na atualidade, este poderia ser registrado como um Município e, assim, ter a ampliação de políticas públicas das mais diversas. No entanto, é importante lembrarmos a análise feita de que as expressões da violência e disputas presentes no local impossibilitam a consolidação e proliferação de serviços.

O Estado está presente na Maré e na Nova Holanda, contudo, opta por uma presença a partir de aparatos de polícia, escolas funcionando em horário diferenciado das demais unidades da prefeitura e clínicas da família sendo administradas por Organizações Sociais (OS). Por conta da ocorrência de violência no local e da precarização das relações de trabalho, não garantem a permanência dos/as profissionais.

A fala abaixo reforça essa questão:

A Nova Holanda é uma favela privilegiada no que diz respeito à presença de serviços públicos como saúde, educação e assistência, no entanto esses serviços estão fragilizados seja pela grande demanda ou ausência/rotatividade de equipe. Exemplo disso é que por vezes ouvimos dos usuários ou até mesmo de colegas relatos de falta de médicos em algumas das equipes da Clínica da Família ou de ausência de mediadores nas escolas. Ou ainda do número baixo de profissionais do CRAS, se considerado a volumosa população à ser atendida. Sobre lazer, não identifico ofertas de lazer na Nova Holanda, pelo menos não ofertas públicas. Sinto falta de quadras, praças, espaços culturais etc. Todos os espaços existentes com esse objetivo, são ou privados ou feitos a partir de ONGs que atuam no território. Sobre a segurança pública não acredito que haja de fato um projeto de segurança pública que vise a segurança daquela população (Brasil, 36 anos, parda, trabalha na área de gestão, atua de 5 a 10 anos na N.H).

A pergunta seguinte se conecta diretamente com um dos problemas centrais da pesquisa realizada, que foi a tentativa de apreender quais são os desafios e as possibilidades para a atuação profissional na Favela Nova Holanda:

Os desafios é trabalhar diretamente com as famílias vítimas, muitas vezes, no dia da ação que as vitimaram e tentar dentro de um processo de dor e de medo, garantir/orientar o acesso à elas ao direitos necessários. As possibilidades são diversas de enfrentamento, muitas não serão vistos agora, mas com a sistematização das informações é possível pensar e implicar que uma política de segurança que garanta direitos e não os viole seja efetivada, haja vista a ADPF que proíbe ações policiais durante o período de Pandemia (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

Jamaica apresenta a dimensão de sistematização de dados para a construção de elementos e argumentos para a exigência de ações dos aparelhos de Estado através do uso da inteligência e proteção da vida. Dimensão essa que, infelizmente, não é preconizada nas ações da política de segurança pública que se instauram nas favelas. Fazer com que familiares de pessoas vitimadas pela violência entendam a amplitude do trabalho realizado em seu momento de dor, de fato, é um desafio sem precedentes.

Analisando à luz da referência bibliográfica, Mota (2008) contribui:

Admitimos, portanto, que a trilha por onde caminham os desafios aos profissionais de Serviço Social – consideradas as particularidades do seu trabalho – são as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho. Estas últimas, mediadas pelo mercado de trabalho profissional, passam a exigir a refuncionalização de procedimentos operacionais, também determinando um rearranjo de competências técnicas e políticas que, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, assumem o estatuto de demandas à profissão (Mota, 2008, p. 24-25).

Todavia, é importante trazermos à tona que muitas famílias, principalmente as mães de jovens e crianças vítimas da violência do Estado, têm se somado à luta para cobrar outra atuação das polícias nas favelas. O número de anônimas/os que convivem com a dor da perda e que, na verdade, queriam ter seus entes queridos vivos, é significativo.

Desafio: Atender demandas apresentadas pelos usuários, que requerem ações das políticas públicas como saúde, educação e assistência. Em especial por entender os limites que esses serviços têm nesse território. Os atravessamentos impostos pelos conflitos entre grupos civis armados e a intervenção policial no território também são um grande desafio. Possibilidades: A atuação em rede fortalece o trabalho e amplia as possibilidades de atualização (Brasil, 36 anos, parda, assistente social que trabalha na área de gestão, atua de 5 a 10 anos na N.H).

Brasil verbaliza sobre a limitação de recursos presentes nos serviços públicos na Nova Holanda, limites esses que são específicos, muitas vezes, das áreas faveladas e periféricas. Ou seja, a oferta de serviços com limitação de alcance não está desenhada para todas as áreas da Cidade do Rio de Janeiro. De novo, aparece a questão da violência armada, que de fato é um tema recorrente para quem mora e trabalha em favelas. O diferencial na fala de Brasil é que ela aponta uma possibilidade de atuação, dando destaque ao trabalho em rede como um fator importante no enfrentamento dos limites.

Possibilidades são muitas pq há uma rede assistencial bem rica. A rede educacional TB tem uma oferta bem razoável comparado a comunidades como Kelson em Marcílio Dias e o Piscinão de Ramos que só tem uma única unidade para um público enorme. Além do fato que há uma limitação das unidades escolares estarem circunscritas ao ensino fundamental. Há uma rede de comunicação ótima. Todavia, o meu trabalho como assistente social dentro do equipamento que é um Creas localizado na Ilha do Governador para atender Toda a Maré com apenas dois profissionais para todo este território é extremamente difícil. Quase irreal se não houvesse a Rede. E os grupos de articuladores (Viena, 42 anos, parda, assistente social, atua de 10 anos ou mais na N.H).

Viena fala de forma explícita sobre como os equipamentos responsáveis pela execução dos serviços presentes na Política de Assistência Social estão sendo afetados na destinação de recursos para que suas ações sejam realizadas. Pensar que um equipamento com apenas duas assistentes sociais, responsável por atender todo o Complexo da Maré com um quantitativo de 140.000 habitantes e mais outros bairros ao seu entorno e a Ilha do Governador, demonstra a investida em uma política do fracasso e não acesso a direitos. Os Centros de Referência Especializados em Assistência Social são os equipamentos responsáveis por atender demandas de rompimentos de vínculos a partir de temas mais variados e graves.

As questões levantadas junto às profissionais também tiveram a intenção de colher informações sobre situações que vivenciaram e que tenham as marcado:

Sim, o atendimento que realizamos para uma mãe que perdeu 5 filhos vítimas de violência (estado, grupos civis armados, uso abusivo de drogas, atropelamento) Um dos últimos vivos encontra-se recluso no sistema penitenciário. A genitora desenvolveu diversos transtornos de saúde mental efazuso dedrogas (Jamaica, 33 anos, preta, assistente social, atua há 2 anos na N.H).

Infelizmente, os relatos de morte de crianças, adolescentes e jovens em famílias da Nova Holanda são comuns. Não comuns em todas as famílias, mas comuns no sentido de que, em alguma medida, alguém ter ouvido ou atendido alguma família que tenha perdido parente de forma violenta. O relato de Jamaica revela um grau de sofrimento e requinte dessa violência vivenciada pela mesma pessoa – a mãe – e, dependendo do nível de empatia e olhar humanizado dessas profissionais para com essa mulher, em alguma medida, afeta também quem está fazendo a escuta.

Sim, algumas situações me marcaram. – A experiência de um trabalho com um grupo grande de jovens com demandas diversas e inúmeras expectativas tanto deles quanto da equipe, certamente me marcou muito. – Estar na instituição, sem poder sair, durante uma operação policial que durou muitas horas foi uma situação que também me marcou muito (Brasil, 36 anos, parda, assistente social que trabalha na área de gestão, atua de 5 a 10 anos na N.H).

O trabalho com a juventude apareceu em alguns relatos e estou entendendo aqui que, da mesma forma que nos relatos anteriores, essa experiência foi positiva apesar das expectativas criadas em ambos os grupos. E de novo, aparece a questão da violência a partir de agentes do Estado.

Relato de experiência – uma pincelada das situações vivenciadas na atuação profissional

Recordo-me que na minha primeira semana de trabalho na favela Nova Holanda ocorreu uma operação policial na Maré, e eu havia esquecido o celular em casa, fato que não era um grande problema para mim. Quando entrei na favela e andei pela rua principal que dava acesso à instituição onde exercia as atividades profissionais, passei por picapes 4x4 com policiais apontando as armas em direção das casas e de tudo que viam pela frente, e daí eu pensei: “gente, o que é isso?”

Quando cheguei na porta da instituição, estava fechada e o medo me fez companhia, pois eu não sabia o que estava acontecendo, mas parecia não ser coisa boa. Fiquei parada na porta da organização torcendo para alguém chegar. Passado algum tempo, chegou um funcionário que também era morador e falou comigo muito nervoso que estava tentando falar comigo, mas não conseguia. Eu disse que havia esquecido o celular em casa e ele, muito nervoso, falava: “Quem trabalha em favela não pode ficar sem celular! Está tendo operação, tem que voltar para casa!” Eu fiquei calada, pois ele tinha razão, mas o silêncio era também de uma pessoa que ainda estava assimilando tudo aquilo.

A situação vivida não se tornou motivo para eu deixar de atuar na Maré, mas com certeza, foi motivo para ficar mais atenta às orientações sobre a importância de sabermos fazer a leitura dos códigos locais e ficar sempre atentas para as rotas de fuga. Mas pensando no fazer profissional das assistentes sociais, destaco a reflexão de Iamamoto (2005):

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativa se capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas emergentes no cotidiano (Iamamoto; Cortez, 2005, p. 20).

A agenda das políticas públicas de segurança pública no Rio de Janeiro é marcada pela focalização da atenção no enfrentamento direto e militar do crime organizado no Estado, em detrimento às ações de inteligência e articulação com demais políticas públicas como assistência social, saúde, habitação e lazer, etc. Esse direcionamento não é aleatório; pelo contrário, conta com elementos de cunho técnico e político, somados aos interesses de instituições de naturezas diversas, às quais se beneficiam com o resultado dessas ações (Capella, 2018, p. 09).

Observamos o aumento de iniciativas por parte do governo do Estado de criminalizar os territórios de favelas, movimento respaldado pela grande mídia e parcelas da população. Nesse sentido, os investimentos destinados à política de segurança pública priorizam a compra de armamentos e o aprisionamento.

Segundo Almeida e Alencar (2011):

As reflexões de Antônio Gramsci – apoiados nas elaborações originais de Hegel e Marx – favoreceram uma apreensão da relação entre a política e a economia e entre o Estado e a

sociedade civil que não recaísse ou no idealismo hegeliano ou no ceticismo marxiano. Gramsci conseguiu, em um contexto histórico diferenciado, em que a dinâmica da realidade social se mostrava mais pulsante e complexa, apreender de forma diferenciada a relação entre Estado e a sociedade civil, reconhecendo a centralidade da estrutura, mas tomando o momento superestrutural em sua relativa autonomia. [...] Suas reflexões abriram uma nova perspectiva para se pensar o poder de um modo inteiramente novo até então. Para tanto, o conceito de hegemonia foi decisivo, visto que a partir da compreensão de como as classes sociais constroem uma direção moral e intelectual no estabelecimento de processos de consensos sociais, o autor foi capaz de apreender que o domínio burguês não se estabeleceria apenas pela imposição da força e que como classe dirigente conseguia preservar e ampliar a liderança por meio não apenas dos aparelhos coercitivos do Estado, mas também mobilizando os aparelhos denominados privados da sociedade civil. A esfera da sociedade civil pôde ser compreendida como um espaço contraditório e não hegemônico em virtude da própria politização que sofrera com as lutas sociais organizadas pelos movimentos de massa. Deste modo, o Estado não se organiza apenas em torno dos aparelhos de governo, incorpora também os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Deixa de ser apenas coerção, para ser também Estado educador, que busca o estabelecimento de consensos sociais. E, sobretudo, para que possa exercer suas funções centrais na garantia da continuidade de determinado modo de produção, ele precisa ser legitimado, incorporado, assim, os interesses não são apenas de uma classe (Almeida; Alencar, 2011, p. 60).

Houve um esforço em 2009 para repensar a política de segurança pública quando ocorreu a primeira Conferência nacional de Segurança Pública no Brasil. Na ocasião, algumas instituições da Maré fizeram um esforço para criar espaços de reflexão sobre o que significa segurança pública com as pessoas atendidas.

A experiência foi muito importante, e tanto as usuárias e usuários como profissionais tinham a esperança de que aquela abertura para se pensar outra forma de abordar a segurança pública traria frutos positivos e que fariam sentido para a maioria.

(...) a apreensão do sentido histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho. Como a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social e desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mas além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso e, ao mesmo tempo, procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade (Iamamoto; Carvalho, 1995, p.16).

Mas, apesar das pós-conferências, terem sido implementados projetos que: 1- Investiam no fortalecimento das mulheres das favelas para serem agentes sociais formais, pois se constituem como figuras com vínculos formados e reconhecimento em suas favelas; 2- Mobilizavam jovens e adolescentes para passarem por formação remunerada utilizando metodologias que fizessem conexão com suas realidades; 3- Apostavam em uma política social presente de forma permanente nos territórios; 4- Com o passar dos anos, assistimos ao desmonte e deturpação dos ideais almejados nas conferências locais.

Segundo Soares (2006):

A sociedade está farta do egocentrismo dos políticos que fazem questão de impor sua grife personalizada a todas as ações de governo, sem o menor pudor, nem que tenham destruído o que o antecessor começou a construir. O slogan democrático costuma ser: "antes de mim, o caos; depois de mim, o dilúvio" (Soares, 2006, p.121).

Infelizmente, observamos que a opção de olhar as favelas a partir da ótica estigmatizada e deturpada ainda é a escolha de muitas autoridades, formadores de opinião e da grande mídia.

Um exemplo foi a repercussão com tom de desaprovação por parte dos opositores do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2027) após a visita do ministro da Justiça Flávio Dino ao Complexo de Favelas da Maré em 13 de março de 2023⁶. As falas contrárias à visita deixaram explícito que o imaginário que ronda parte da sociedade é de que o Complexo da Maré é um território marginal.

Outra situação foi a divulgação de imagens em canal aberto de televisão, em 24 de setembro de 2023, que retratavam como grupos civis armados são treinados para atuarem em confrontos com a polícia ou outros grupos rivais em disputa pelo controle de drogas no território da Maré⁷.

Após essa reportagem, autoridades representantes do governo do Estado do Rio, pastas da segurança pública e especialistas no tema teceram planos e análises sobre quais as estratégias que seriam implementadas, a maioria reforçando o discurso de ocupação a partir de armamentos sem articulação com demais políticas sociais, especialmente para as juventudes.

O clima na Maré na ocasião desses episódios ficou mais tenso, pois já existe um conhecimento generalizado de que tempos de opressão e mortes que estão por vir, os relatos de violações de direitos se intensificam. Remetendo à atuação do serviço social, a escuta dessas violações de direitos para essa profissão será, a cada dia, uma constante.

Sobre o impacto na saúde mental, atuar na favela carrega uma particularidade que é a presença do tema morte sendo abordado das mais variadas formas. Nos anos de atuação como assistente social na Maré, algumas mortes afetaram a minha saúde mental, e uma das orientações recebidas por gestores da instituição em que trabalhei foi a de realizar terapia.

Essa orientação delega a responsabilidade de sanar as questões surgidas no ambiente de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores adoecidos e, paralelamente, para o profissional que “cuidará” da questão. Nesse sentido, podemos observar a reflexão de Souza *et al.* (2017):

Ao longo da história, o capital lança mão de estratégias para conservar minimamente a saúde dos trabalhadores – a 'questão' – (como, por exemplo, na constituição do campo da Saúde Ocupacional), mas em um contexto de reorganização da esfera produtiva, com intensificação e sofisticação do controle e exploração do trabalho, resultando em intensificação e maior complexidade das formas de adoecimento. Isso fica bem explícito nos dois grandes movimentos de reorganização do trabalho no século XX. O primeiro, quando do surgimento do binômio taylorista/fordista e suas prescrições gerenciais rígidas, com graves repercussões para a saúde. O segundo, com o regime de 'acumulação flexível', a partir dos anos 1960 e 1970,

⁶ JC CONCURSOS. **Ministro Flávio Dino EXPLICA visita no Complexo da Maré e cala oposição: “criminalizamos pobres”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxVr1cRu4io>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁷ G1. **Imagens mostram criminosos dando treinamento de guerrilha na Maré, no Rio | Fantástico** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uGTjPDe27IA>. Acesso em: 01 out. 2023.

transformando os transtornos mentais em pandemias, sofisticando velhos problemas de saúde, sobretudo agravados pelo desmantelamento de mecanismos de proteção social (de direitos trabalhistas, sociais) antes consolidados. Um movimento de luta (de classe), com os trabalhadores, ora com poder de interferência, ora cooptados, assume um caráter cíclico e permanente desde a origem da 'questão' com o surgimento da relação capital- trabalho (Souza *et al.*, 2017, p. 03).

Uma das ferramentas que utilizei para canalizar as angústias decorrentes do contato com as narrativas e desdobramentos dos casos atendidos é exemplificada abaixo:

Quem não tem nada, perde o nada que tem.

Como pode quem não tem nada, perder o nada que tem? Aquele nada que lhe forneceu a vida.

Uma vida de pobreza, desunião, socos e pontapés.

Uma vida de barriga roncando, roupas surradas, notas baixas na escola. Uma vida de alimentos escassos no armário carcomido, gritos e palavrões.

Um nada que foi rejeitado pelos pais, que morou em barracos, que catou lixo. Que não tinha apoio dos irmãos, que estudou até a terceira série do ensino fundamental

Cabelo crespo.

Um nada desempregado, dentes faltando, que usava drogas lícitas e ilícitas. Que dizia que filho teria que dar-lhe algo em troca pelo fato de tê-lo colocado no mundo.

E além do mais, cuidado dele até a adolescência.

Um nada que se atracava na pancada com o companheiro. Que saia de casa para resgatar suas crias durante o tiroteio.

Que se encheu da casa com goteira e mofo e ficou perambulando pelas ruas. Um nada que mergulhou no prazer sintético, já que o prazer natural não fazia parte de sua existência.

Um nada que o corpo desfalecido demorou horas para ser removido para o IML...

Como pode quem não tem nada, perder o nada que tem?

Como pode quem não tem nada, perder a mãe?

Por Viviane Carmen da Conceição Santos (Coletânea de escritos próprios para acalmar as angústias. 07 jul. 2013).

O texto acima descreve, por meio da linguagem poética, o desdobramento de um caso que representa muitas histórias, as quais as assistentes sociais enfrentam na rotina de atendimento nas instituições.

Segundo Yazbek (2009):

A categoria subalterno, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, foi escolhida para nomear as classes em que se inserem os usuários das políticas sociais, no contexto em estudo. A subalternidade diz respeito à ausência "de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção (Almeida, B., 1990: 35 *apud* Yazbek, 2009, p. 26).

É importante que assistentes sociais estejam alinhadas constantemente com a teoria e a prática para lidarem com as demandas que surgem no cotidiano e, assim, façam o exercício de associar as mazelas sofridas pela população e pela própria categoria à forma de organização das sociedades capitalistas.

A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. Supõe, como complementar, o exercício do domínio ou da direção através de relações político-sociais em que predominam os interesses dos que detêm o poder econômico e de decisão política. Neste sentido, não podemos abordar indivíduos e grupos subalternos isolando-os do conjunto da sociedade (Yazbek, 2009, p. 26).

A categoria de assistentes sociais compõe a classe trabalhadora assalariada, que vende sua força de trabalho para garantir a sua subsistência. Está imersa na realidade da flexibilização e precarização das relações de trabalho, a partir das modalidades de terceirização da mão de obra, contratos por tempo determinado – seja pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou pelo recibo de pagamento autônomo (RPA) – em empresas privadas, organizações da sociedade civil e até mesmo em instituições cujo gestor é o Estado.

No dia 20 de setembro de 2023, a instituição em que trabalho anunciou uma grave crise adquirida pela não continuidade dos recursos advindos de lei vinculada a uma das pastas governamentais a nível federal. A informação repassada aos trabalhadores e trabalhadoras é que precisaria adotar medidas drásticas de corte de pessoal; redução da carga horária da diretoria; corte de despesas, sendo um deles o repasse dos valores de aumento do plano de saúde para a equipe.

Uma das devolutivas recebidas em relação à minha situação trabalhista é de que não sabiam se iriam conseguir garantir minha contratação até dezembro de 2023⁸. Esse exemplo reforça a narrativa sobre a insegurança trabalhista que apareceu nas entrevistas realizadas com profissionais na ocasião da escrita do texto da dissertação. Todavia, para além da análise sobre as condições de trabalho, Almeida e Alencar (2011) apresentam uma reflexão sobre a problemática do repasse de funções que seriam do Estado para organizações do terceiro setor:

A constituição de um amplo espaço de atuação de organizações sociais, de naturezas distintas, por si só não configura um processo de esvaziamento político da sociedade civil. Esta dimensão, no entanto, ganha destaque em razão das relações que estabelecem com o próprio Estado. A sociedade civil que se quer construir com a ampliação do terceiro setor envolve, na verdade, uma forma de enfraquecimento do Estado em sua dimensão social, de espaço de regulação de conflitos sociais, para se transformar num grande gestor das ações que são deslocadas para aquele setor que, por não ser estatal, assumiria uma feição de fato mais “pública”. A sociedade civil, por meio do terceiro setor, representaria a redenção de um Estado que não “conseguiu” enfrentar, pela sua “inoperância e ineficiência”, os graves problemas sociais. Para que este processo se efetive, é fundamental rever as funções às quais o Estado deve limitar sua atuação e garantir uma reorganização do fundo público para o financiamento das ações, agora, empreendidas pela sociedade civil. Essa concepção pressupõe a despolitização da vida social, seja no âmbito do Estado e da sociedade civil. Neste último caso, ao transformar as disputas políticas das forças sociais em disputas pelos recursos que garantirão a sobrevivência de uma ampla rede de serviços não estatais (Almeida; Alencar, 2011, p. 62).

Apontamentos finais

O presente ensaio está longe de ter conseguido analisar todas as questões que surgiram do relato das experiências profissionais das assistentes sociais retratadas na dissertação.

⁸ Até o dia 10 de dezembro de 2023, ainda não havia definição sobre a minha situação trabalhista na instituição, ou seja, não havia resposta se haveria uma demissão ou não. Fato que gerou angústias e atravessamentos na saúde mental. O modo de condução do desdobramento da relação trabalhista poderá constituir base para a escrita de outro artigo.

Pelo contrário, iniciar as análises possibilitou entender que existe um terreno vasto para ser aprofundado quando pensamos no fazer profissional do Serviço Social e quando o associamos a um contexto de favela.

O tema exposto necessita de mais consistência teórica, dialogando com autores que vêm se debruçando na análise da profissão. Porém, é importante também que a prática profissional seja tomada como objeto de análise, escrita e troca.

Sobre a importância da articulação teoria e prática, Gerra (2007) nos apresenta uma contribuição:

No que tange ao reconhecimento da teoria para o Serviço Social, há basicamente três tendências no interior da profissão, que se manifestam de maneira híbrida. Para os profissionais que têm a prática como o fundamento de determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas, já que se situam secundariamente diante da prática, cabendo a esta, em última instância, fornecer indicativos sobre os instrumentos operativos capazes de possibilitar uma ação efetiva nas situações concretas. Aqui, a repetibilidade da prática autoriza a formulação de procedimentos válidos para situações análogas, que se transformam em modelos de intervenção. Para aqueles que consideram que as construções teóricas são determinantes da prática, a opção do profissional por uma teoria passa a se constituir em sua “camisa de força”, uma vez que esta aparece como a expressão mais formalizada e completa da realidade, dela exigindo respostas e instrumentos capazes de colocar a “teoria em ação”. O valor da teoria, neste caso, consiste em construir um quadro explicativo do objeto que contemple um conjunto de técnicas e instrumentos de valor operacional. No primeiro caso, o reconhecimento das possibilidades das teorias se dá apenas em nível do discurso profissional, pois o processo mesmo de construção teórica a nega; no segundo, suas possibilidades localizam-se nas respostas produzidas pelo confronto entre os modelos teóricos e a realidade. Aqui, se a prática não corresponde aos modelos de ação profissional, há que ser modificada. A terceira tendência a que os profissionais encontram-se referidos reconhece as teorias como processos de reconstrução da realidade, vinculadas a projetos determinados de sociedade, às visões de homem e de mundo, ante os quais o profissional assume uma posição, e a determinados métodos de conhecimento e análise da sociedade. Embora dimensione-as coerentemente, também reclama a ausência de indicativos teórico-práticos que possibilitem romper com o ranço conservador que acompanha a trajetória da profissão (Guerra, 2007, p. 25 e 26).

Poder dialogar com profissionais que estão atuando no cotidiano pode ser uma possibilidade de aprofundamento da análise sobre quais os rumos que a nova ordem societária, marcada pela precarização das relações trabalhistas, intensificação do cenário da violência armada em favelas e precarização das políticas públicas, dentre outros, vem apresentando como desafios ao Serviço Social. Para além disso, é a possibilidade de reflexão sobre as estratégias que essas profissionais vêm adotando para fornecer atendimento à população que coadune com seu código de ética e, ao mesmo tempo, garanta o mínimo de direitos para a categoria, pois a mesma é classe trabalhadora.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social trabalho e políticas públicas**. São Paulo. Saraiva, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

G1. **Imagens mostram criminosos dando treinamento de guerrilha na Maré, no Rio | Fantástico**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uGTjPDe27IA>. Acesso em: 01 out. 2023.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo. Cortez, 2027.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 1995.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª edição. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

JC CONCURSOS. **Ministro Flávio Dino EXPLICA visita no Complexo da Maré e cala oposição: “criminalizam os pobres”**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lxVr1cRu4io>. Acesso em: 01 out. 2023.

MELO, Ana Inês Simões Cardos; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; SOUZA, Diego de Oliviera. **A saúde dos trabalhadores em 'questão': anotações para uma abordagem histórico-ontológica**. O Social em Questão, v.1, p.107-135, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/7WMrrh89tBK9LXBbMpDzkgH/#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social**. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 2008.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré/Redes da Maré** – Rio de Janeiro: Redes da Maré. 2019.

_____. **Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**. Rio de Janeiro. 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Urbano, fundamentos teóricos e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Viviane Carmen Conceição. **Atuação Profissional em Território Afetado por múltipla violência: Uma experiência na Favela Nova Holanda, Complexo da Maré, Município do Rio de Janeiro**. Dissertação. Programa de Pós Graduação e Política Públicas em Direitos Humanos – NEPP/ DH. UFRJ. Praia Vermelha. RJ. 2023.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça – A política na ordem brasileira**. Editora Campus LTDA. Rio de Janeiro. 1979.

SILVA, Jailson de Souza. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Pública tem Saída**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

SOUZA, Charles Toniolo de. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação. Ponta Grossa, 8 (1): 2008. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/k7maNx2767S70XHK8137.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 7ª edição. São Paulo. Cortez, 2009.

NOTAS

* **Viviane Carmen da Conceição Santos**

Mestre em Políticas Públicas e Direitos Humanos pelo NEPP – DH / UFRJ (2023). Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (2014). Especialista em Gênero e Sexualidade – Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (2011). Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes – Universidade de São Paulo (2006). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2002).

E-mail: vivianecarmen@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-1052-950X>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 14-10-2023 – Aprovado em: 27-10-2023 – Publicado em: 29-12-2023.